

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS
TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA**

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS
121ª Reunião Ordinária**

ATA Nº 11/2025

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de 2025, às 8:00h, sito à Av. Eloy Chaves, 956, Sala 503, centro, em Três Lagoas/MS, estiveram reunidos os membros do Comitê de Investimentos, devidamente nomeados pela Portaria nº 03/2024, o Diretor Presidente, os representantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA e do Instituto TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA, respectivamente, Srs. Dirceu Garcia de Oliveira Junior, Fabricio de Moura Santos, Fernando Nascimento e Elza Maria Jucá. Registrada a presença do consultor convidado Sr. Sérgio Pinho do Carmo, representante da Assessoria de Investimentos *Crédito & Mercado*. O Presidente declarou instaurada a reunião ordinária apresentando: 1) as autorizações de aplicação e resgate referentes ao mês de novembro nº A2511000 a A2511011; 2) o detalhamento da Carteira de Investimentos, devidamente atualizada até a data desta reunião; 3) o relatório mensal da carteira de investimentos relativo ao mês de outubro/2025; e 4) elaboração da minuta da Política de Investimentos para o exercício de 2026. A ordem do dia iniciou-se com a análise do desempenho da carteira de investimentos do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA; foram constatados ganhos em outubro no montante R\$ 5.279.114,61 (1,15%); considerando que o IPCA foi de (0,09%), foi possível cumprir a meta atuarial determinada para o mês (0,56%). Verificou-se retorno positivo de (1,13%) nas tradicionais aplicações de renda fixa, compostos majoritariamente por fundos de investimentos em títulos públicos; as aplicações em renda variável, apresentaram performance positiva (1,45%), puxadas pela desvalorização no índice IBOVESPA no acumulado do mês. Com o resultado positivo no mês, a rentabilidade obtida no ano (11,32%) é suficiente para promover o cumprimento da meta atuarial medida até o mês de referência (8,34%). Ato seguinte, passou-se à análise dos fatores de influência da carteira no interstício entre a realização da última reunião a até data presente. O Ibovespa seguiu alcançando novos recordes em meio a um ambiente de juros estáveis e exportações robustas. A bolsa local beneficiou-se de fluxos de investimentos estrangeiros atraídos por setores como saúde e energia, enquanto o dólar manteve trajetória de desvalorização. Internacionalmente, as bolsas americanas enfrentaram volatilidade, com quedas no S&P 500 impulsionadas por preocupações com valuations elevados em tecnologia. Na primeira semana de novembro o Ibovespa encerrou com 154.063 pontos, registrando alta de 3,02% em relação à semana prévia, impulsionado por ganhos em ações de saúde e energia que acumularam valorizações expressivas. O IBrX, índice que mede o desempenho das 100 ações mais negociadas, subiu 2,85%, alcançando 58.720 pontos, enquanto a curva de títulos públicos mostrou estabilidade, com as NTN-B para vencimento em 2030 negociadas a yields de 6,15% e as LFT mantendo patamares em torno de 11,5%. Esses movimentos refletem maior apetite por risco no mercado local, com volumes de negociação elevados em exportadoras de commodities, o que contribui para o fortalecimento das reservas cambiais e a redução de pressões inflacionárias via entrada de divisas. Internacionalmente, o S&P 500 fechou em 6.728,80 pontos, com queda semanal de 1,63%, pressionado por correções em tecnologia e alertas de CEOs sobre sobrevalorizações. O Nasdaq recuou 3,04%, terminando em 21.450 pontos, enquanto o Dow Jones caiu 1,21%, a 46.987 pontos. Na Europa, o Euro Stoxx 50 subiu 0,8%, para 4.920 pontos, e o FTSE 100 avançou 1,2%, a 8.450



pontos. O Nikkei japonês ganhou 2,5%, fechando em 39.800 pontos, beneficiado por estímulos fiscais. Essas variações semanais destacam divergências globais, com mercados emergentes como o brasileiro ganhando tração em detrimento de bolsões de instabilidade nos EUA, afetando fluxos de capital para o comércio exterior e investimentos em infraestrutura verde no Brasil. A Petrobras acelerou investimentos além do esperado, com foco no plano estratégico 2026-2030 a ser revelado em 27 de novembro, prevendo capex de US\$ 111 bilhões no ciclo atual, priorizando eficiência operacional em óleo e gás que sustenta a cadeia de suprimentos nacional. Exportações brasileiras cresceram 3,2% em outubro, acima do esperado, com superávit comercial de US\$ 7 bilhões, liderado por commodities como soja e minério, fortalecendo o saldo externo e a competitividade industrial. Na sequência, passaram os membros do Comitê a elaborar a minuta da Política de Investimentos para 2026. Os membros formaram convicção de que a taxa SELIC deve se manter próxima a 15,00%, conforme decisão tomada na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) realizada em 16 e 17 de novembro; considerando a Portaria MPS nº 2.010, de 15 de outubro de 2025, em seu artigo 2º que estabelece a taxa de juros parâmetro cujo ponto da ETTJ mais próximo da duração do passivo é no valor de 5,56 % (cinco inteiros e cinquenta e seis décimos por cento) e verificado o cumprimento da meta de atuarial no exercício de 2023, assim podendo ser acrescidos 0,15 na taxa de juros parâmetro, à taxa de juros parâmetro a ser adotada pelo RPPS para 2026 será de IPCA + (5,71%). E em relação a estratégia de alocação entenderam os membros do Comitê pela necessidade de se manter os horizontes de aplicação em renda fixa e renda variável atuais, haja vista a possibilidade de se cumprir a meta atuarial estimada com ativos de menor risco. A minuta será apresentada ao Conselho de Administração na próxima deliberativa deste órgão. Em relação às aplicações dos RPPS, a Assessoria de Investimentos Crédito & Mercado recomenda a adoção das seguintes estratégias de Alocação dos Recursos: *As oportunidades para os investidores avançam principalmente pelo caminho da diversificação. O otimismo cauteloso paira sob o mercado enquanto um volume superior de investidores estrangeiros adentra o mercado doméstico atraídos por uma taxa de juros que permanece em patamar elevado (15%). A taxa de câmbio com sinais de estabilização ao redor dos R\$ 5,30 demonstra janela de oportunidade para entradas graduais em um ano pré-eleitoral. A bolsa doméstica demonstra sinais da antecipação do corte de juros, mas os dados técnicos demonstram viabilidade fundamentalista para novos patamares. A estrutura de alocação foi definida para que o RPPS preserve o patrimônio e consiga crescer de forma consistente no longo prazo. Como o regime paga benefícios continuamente, a carteira precisa suportar períodos de estabilidade e crise sem comprometer sua solvência. A renda fixa concentra a maior parte dos recursos porque oferece previsibilidade e menor oscilação. Dentro dela, a divisão por prazos é essencial: curto prazo garante liquidez imediata; médio prazo reduz impactos de mudanças nos juros; longo prazo protege contra a inflação e captura ganhos quando o mercado melhora. Esse arranjo responde ao comportamento da curva de juros, que remunera prazos distintos de forma diferente. Assim, o RPPS evita que uma mudança abrupta afete toda a carteira ao mesmo tempo. A renda variável entra para impulsionar o crescimento no longo prazo. Embora mais volátil, ela permite capturar valor de empresas, setores e ativos reais. A diversificação entre ações, multimercados e fundos imobiliários reduz riscos e amplia fontes de retorno. A parcela de investimentos no exterior funciona como proteção estrutural. Ela reduz a dependência de eventos exclusivamente brasileiros e amplia o acesso a mercados e setores globais, diminuindo o impacto de crises locais. Em síntese, a carteira combina três pilares: segurança na renda fixa, crescimento via renda variável e proteção com exposição internacional. Essa abordagem fortalece a capacidade do RPPS de cumprir suas obrigações e preservar recursos no tempo. À vista de tais constatações, decidiram os membros do Comitê de Investimentos, por unanimidade, em: 1) Autorizar o gestor a aplicar R\$*

Emj

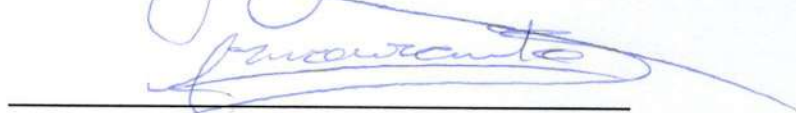


1

623.881,29 (seiscentos e vinte três mil, oitocentos e oitenta e um reais e vinte e nove centavos) no fundo de investimentos CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA (CNPJ 10.740.670/0001-06); e 2) manter inalteradas as demais aplicações. Assim, às 10:00h, o Diretor Presidente deu por encerrada a presente reunião ordinária, da qual eu, Elza Maria Jucá, Secretária do Comitê de Investimentos, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos demais membros presentes.



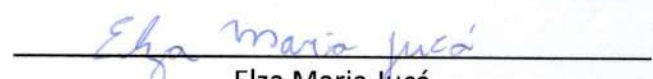
Dirceu Garcia de Oliveira Junior
Presidente



Fabricio de Moura Santos
Representante do Conselho de Administração



Fernando Nascimento
Representante do Conselho Fiscal



Elza Maria Jucá
Representante dos Servidores Públicos Municipais
